

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E DE GOVERNO DO GRUPO MONTEPIO, O RISCO DE DESPEDITOS E A PASSIVIDADE DOS SUPERVISORES (ASF, Ministério do Trabalho e Banco de Portugal) QUE ASSIM SE TORNAM CONIVENTES

INFORMAÇÃO 4/2019 AOS ASSOCIADOS DO MONTEPIO

A CRISE DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA AGRAVA-SE PERANTE A PASSIVIDADE DA ASF E DO MINISTÉRIO DO TRABALHO QUE ANDAM HÁ UMA ANO PARA DECIDIR MAS NÃO DECIDEM NADA

O grupo Montepio é constituído por 48 empresas, em que a entidade mãe, ou seja, aquela que financia todas as empresas, e cujos resultados consolida (lucros e prejuízos) é a Associação Mutualista Montepio Geral. Embora o número de associados esteja a diminuir todos os meses (atualmente deve ser superior a pouco mais de 600.000), cujas poupanças – cerca de 3.000 milhões € - têm financiado todas aquelas empresas e suportados os elevados prejuízos que elas têm acumulado ao longo de mais de 15 anos de uma gestão ruínosa da administração Tomás Correia que, à semelhança de Ricardo Salgado se sente “Dono de Todo o Montepio” (DTM), impondo de uma forma prepotente, quer à Associação Mutualista quer nas empresas do grupo, a sua vontade (**os que se atrevem a opor são marginalizados, cultivando a cultura da submissão**), muitas vezes em clara violação da lei (segundo o Código das Associações mutualistas as aplicações numa “única empresa ou sociedade não podem, em caso algum, representar mais de 10 % do ativo de uma associação mutualista”, mas no fim de 2018 estavam investidos no Banco Montepio 2.420 milhões €, o que corresponde a 63,42% do Ativo da Associação Mutualista e a 80,7% das poupanças que os associados têm nela e, em 2019, foram aplicados mais 150 milhões € em dívida subordinada do Banco Montepio, conforme pág.156 Relatório Contas) perante a passividade dos supervisores (Ministério do Trabalho e ASF) que nada fizeram para impedir a violação da lei.

No fim de 2018, Tomás Correia apresentou um Programa de Atividades e Orçamento de 2019 para Associação Mutualista fantasioso, que à semelhança dos anos anteriores, nunca é cumprido e apenas serve para iludir quem quer ser mais uma vez enganado. Previa que o número de associados aumentasse, entre 2018 e 2019, de 612.000 para 636.000, mas o que tem acontecido é uma diminuição de quase 1000 associados por mês; previa também que a Margem associativa (diferença entre entradas e saídas de poupanças) fosse positiva no montante de 121,3 milhões €, mas nos oito primeiros meses de 2019 a Margem associativa foi nula. A nível de liquidez imediata, ou seja, de meios financeiros que podem ser utilizados de imediato para reembolsar os associados, o Orçamento para 2019 previa em “Caixa e Bancos” existirem 236,6 milhões €, e a realidade é que na data referida existiam 150 milhões €. Em obrigações, que podem ser rapidamente convertidas em dinheiro, previa 465 milhões € e devem ser pouco mais de 360 milhões €, estando cerca de 150 milhões € aplicados em dívida subordinada do Banco Montepio não podendo ser transformados imediatamente em dinheiro porque, se fossem resgatados iriam afetar os rácios de capital, o que não é permitido pelo Banco de Portugal. Assim se um número elevado de associados, como aconteceu já no passado, quiser levantar as suas poupanças surgirão dificuldades. E se retiramos ao Ativo da Associação Mutualista os chamados “Ativos por impostos diferidos” – 816 milhões € - que é um “ativo fictício”, o valor do Ativo total (aquilo que possui ou tem a receber) a Associação Mutualista é já inferior ao seu Passivo total, ou seja, aquilo que deve e tem de pagar. Portanto, o risco é elevado se não obtiver excedentes (lucros) anuais

A juntar a tudo isto há ainda as coimas aplicadas pelo Banco de Portugal (3,5 milhões € ao Banco Montepio e 1,25 milhões € à administração de Tomás Correia) por atos inaceitáveis serem praticados num grupo mutualista que se devia orientar pelos princípios da transparência, de cumprimento da lei, e de uma gestão rigorosa que defenda a reputação do Montepio e os interesses dos associados, o que não aconteceu; e ainda a coima de 13 milhões € aplicada à Lusitânia SA (não vida), pela Autoridade da Concorrência, por cartelização praticada por uma administração escolhida e da confiança de Tomás Correia. E estas coimas assim como os custos da defesa dos administradores condenados pelo Banco de Portugal e pela Autoridade da Concorrência, estão a ser pagos pelo Montepio ou seja, pelos associados. Tudo isto custa dezenas de milhões € ao Montepio e aos associados e afeta a reputação do Montepio. Tomás Correia não é digno para continuar à frente da AMMG mas continua perante a passividade da ASF e do Ministério do Trabalho que andam há um ano para decidir sobre a idoneidade mas não decidem nada, e quando decidirem é já tarde. É estranho e inaceitável que os supervisores não obriguem Tomás Correia a informar trimestralmente os associados sobre a situação da Associação Mutualista contribuindo assim para a opacidade existente.

. AS POUPANÇAS DOS ASSOCIADOS APLICADAS NAS EMPRESAS DO GRUPO MONPEPIO NÃO ESTÃO RENDER NADA OU RENDEM QUASE NADA, O QUE NÃO PERMITE PAGAR AOS ASSOCIADOS OS RENDIMENTOS PROMETIDOS E MUITO MENOS DISTRIBUIR BENEFÍCIOS

Dos 3.000 milhões € (poupanças) que os associados têm aplicado na Associação Mutualista, cerca de 2.100 milhões €, deduzindo as imparidades, estão aplicadas em empresas do grupo Montepio. E o dramático é que essas empresas ou têm tido sistematicamente prejuízos ou resultados próximos de zero, o que não permite à Associação Mutualista remunerar os associados pelas poupanças que têm investido na Associação Mutualista. Uma parte dessas poupanças já desapareceu (pelo menos as cobertas por imparidades) devido aos prejuízos acumulados por essas empresas (na Caixa Económica, atual Banco Montepio, a Associação

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Mutualista já investiu 2.420 milhões € e os Capitais Próprios do Banco, em Jun.2019, somavam apenas 1.508,6 milhões €, o que significa que desapareceram 911,4 milhões € devido aos prejuízos acumulados; uma situação semelhante verifica-se na Lusitânia SA (não vida) que acumulou nos últimos 7 anos - 2012/2018- 155,8 milhões € de prejuízos e onde a Associação Mutualista já investiu 141 milhões € a juntar aos lucros obtidos pela Lusitânia vida que têm sido desviados para aquela empresa). Por isso, vamos analisar de uma forma mais detalhada a situação atual do Banco Montepio (Caixa Económica), pois ele é o ativo mais importante da Associação Mutualista, e aquele que é a principal garantia das poupanças e dos rendimentos dos associados.

O BANCO MONTEPIO E A QUEDA CONTINUADA DO CRÉDITO APESAR DA ELEVADA LIQUIDEZ, A INDEFINIÇÃO A NÍVEL DE GOVERNO, E O BANCO CONTINUA A NÃO GERAR RENDIMENTOS PARA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA APESAR DESTA TER INVESTIDO NELE 2.420 MILHÕES €

O quadro 1 foi construído com base nas contas apresentadas pelas administrações de Tomás Correia (2015), de José Félix Morgado (2016 e 2017) e de Carlos Tavares (2018 e 2019)

Quadro 1- DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS DA CEMG- BANCO MONTEPIO - 2015 /1º Semestre 2019									
(Administrações de Tomás Correia, José Morgado e Carlos Tavares)									
RÚBRICAS	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado Milhões €	2015-2017 Félix Morgado Milhões €	2018 Carlos Tavares Milhões €	2018 - 2017 Carlos Tavares Milhões €	1º Semestre 2018 - Carlos Tavares Milhões €	1º Semestre 2019 - Carlos Tavares Milhões €	1º sem.2019- 1ºsem.2018 C.Tavares - M€
Juros e rendimentos similares	643	534	421	-223	364	-66	197	164	-33
Juros e encargos similares	416	281	154	-261	116	-38	63	44	-19
MARGEM FINANCEIRA	228	253	266	39	248	-18	134	120	-14
Rendimentos de instrumentos de capital	4	12	13	9	8	-5	8	6	-2
Margem financeira alargada	231	265	279	48	256	-23	142	126	-16
Receitas de comissões	135	136	150	15	149	-150	73	72	-1
Encargos com comissões	33	34	30	-3	31	-30	16	15	-1
COMISSÕES LIQUIDAS	102	101	120	18	118	-1	57	58	0
PRODUTO BANCARIO "CORE" (negócio bancário)	329	355	386	57	366	-19	200	184	-16
Resultados operações financeiras (ROF's)	114	54	72,8/70,7	-41	10	-61	5	17	11
Outros resultados de exploração			15		-10	-25	-10	-18	-9
PRODUTO BANCÁRIO	455	372	505	50	375	-131	201	182	-18
CUSTOS OPERACIONAIS	359,3	283,8	268,0	-91,3	259,5	-9	132,6	125,4	-7
Custos com pessoal	204,0	165,5	156,2	-47,8	155,9	0	84,2	77,8	-6
Gastos gerais administrativos	128,7	94,0	87,0	-41,7	77,7	-9	36,4	31,2	-5
Amortizações	26,6	24,3	24,8	-1,8	25,9	1	12,0	16,4	4
COST-TO-INCOME (Custos operacionais/Produto bancário)	78,9%	76,4%	53,0%	-32,8%	69,3%	16,2%	66,1%	68,8%	2,7%
CUSTOS OPERACIONAIS/PRODUTO BANCARIO "CORE"	109,1%	80,0%	69,4%	-36,4%	70,8%	1,3%	66,4%	68,2%	1,7%
Imparidades de crédito líquidas	259	182	137,8/160,7	-121	76	-85	46	42	-4
Imparidades de outros ativos líquidas de reversões e recuperações	101	79	31	-70	21	-9	14	5	-9
SOMA DAS IMPARIDADES	359	261	168/191,7	-191	97	-95	60	47	-12
RESULTADOS OPERACIONAIS (antes IRC)	-269	-174	46	314	18	-28	8	10	1
Impostos correntes (-)	1	-2	6	5	38	32	1	2	1
Impostos diferidos (+)	25	98	-36	-61		36	1	9	8
Resultados de operações em descontinuação (FINIBANCO Angola)			4		36	32			0
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-243,4	-84,5	307,8/6,4	114	12,6	6	18,1	4,8	-13
RACIOS DE SOLVABILIDADE E LIQUIDEZ, Nº TRABALHADORES E DE BALCÕES	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado /Tavares Milhões €	2015-2017 Diferença em %	2018 Carlos Tavares	2018-2017	1º Semestre 2018 - Carlos Tavares Milhões €	1º Semestre 2019 - Carlos Tavares Milhões €	1º sem.2019- Dez.2017 Carlos tavares
Common Equity Tier 1 (CET 1)	8,82%	10,4%	13,2%	4,4%	13,5%	0,3%	13,5%	13,7%	0,5%
Tier 1	8,82%	10,4%	13,2%	4,4%	13,5%	0,3%	13,5%	13,7%	0,5%
Rácio Total	9,74%	10,9%	13,3%	3,6%	13,6%	0,3%	13,6%	15,2%	1,9%
Liquidity Coverage Ratio (LCR)- Rácio liquidez	111,4%	106,6%	153,2%	41,8%	151,0%	-2,2%	160,5%	196,8%	43,6%
NPE(Non Performing Exposures)/Crédito bruto	20,7%	18,7%	16,4%	-4,3%	14,3%	-2,1%	15,8%	14,7%	-1,7%
Balcões em Portugal	421	327	324	-3	324	0	324	329	5
CEMG Portugal - Trabalhadores	3871	3 588	3 630	42	3 566	-64	3 638	3 552	-78
Grupo CEMG - Balcões	451	360	358	-2	348	-10	358	353	-5
Grupo CEMG - Trabalhadores (*)	4248	3 806	4 189	383	3 944	-245	4 193	3 937	-252

NOTA: Em relação a 2017, em algumas linhas aparecem 2 ou 3 valores. o 1º é o das contas apresentadas por Félix Morgado, os outros são alterações feitas por Carlos Tavares
(*) Exclui trabalhadores cedidos à AMMG - FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 1º semestre 2019 - Caixa Económica Montepio Geral/Banco Montepio

Começamos pela análise da **Margem Financeira** que resulta da atividade “core” do banco de intermediação financeira. A primeira conclusão que se tira dos dados do quadro 1 é que ela tem diminuído de uma forma continuada desde 2017. Entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, diminuiu novamente pois passou de 134 milhões € para 120 milhões € (-10,4%), enquanto que em 2015 e 2017, a Margem Financeira tinha aumentado em todos os anos (+25M€ e +18M€) **E isto apesar de se ter pago aos depositantes, pelos seus depósitos, neste período (2015/2019), menos 300 milhões €.** E mesmo se entrarmos em conta com os rendimentos de capital (*juros das elevadas aplicações em dívida pública como se mostrará mais à frente*), mesmo assim a situação não se alterou em 2019.

Portanto, o grande problema que continua a enfrentar o Banco Montepio, que não se limita apenas ao 1º sem.2019, pois também se verificou em anos anteriores, mas se mantém é a incapacidade para aumentar o crédito numa conjuntura difícil, o que exigia por parte de quem é responsável da administração pela rede comercial uma grande experiência, competência, e uma capacidade para envolver e dinamizar os

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

trabalhadores, fixando objetivos claros e utilizando incentivos adequados, o que ainda não se verificou no Banco Montepio. Em estudo anterior mostramos que o banco está a perder quota de mercado, uma situação muito grave que a continuar mostra que não está a ser capaz de aguentar a concorrência dos outros bancos o que, a persistir, corre o risco de ser reduzido à insignificância ou absorvido por outro banco.

O segundo proveito (rédito) que decorre da atividade “core” do Banco são as comissões. E as **“Comissões líquidas”**, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, praticamente estagnaram. A explicação está também no *“efeito dos menores proveitos com comissões de crédito”*. Portanto, resulta do grave problema que continua a enfrentar o Banco Montepio, e que continua por resolver, que é a incapacidade para aumentar o crédito às famílias e à economia e que o **Banco de Empresas Montepio** não está a conseguir resolver, como iremos mostrar mais à frente.

Como consequência da evolução negativa quer da Margem Financeira quer das Comissões líquidas, o **“Produto bancário core”**, que é a soma das duas e resulta da atividade “core” do banco, diminuiu em 16 milhões € entre o 1º sem.2018 e 1º sem.2019

Também o **“Produto bancário”**, que é um dos indicadores mais utilizados para avaliar os resultados da atividade no setor bancário e para avaliar a sua gestão, sofreu no Banco Montepio uma redução pois, entre 1º sem.2018 e 1º sem.2019, diminuiu de 142 milhões € para 126 milhões € (-11,3%).

Os **Custos operacionais** entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, reduziram-se em 7 milhões €, mas 6 milhões € à custa da redução em despesas com pessoal, mas o que banco necessita é de mais negócio.

Como consequência, o **“Cost-To-income”**, o rácio mais utilizado na banca para avaliar a eficiência da gestão, teve, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, uma evolução também negativa. Calculado com base na divisão dos Custos operacionais pelo Produto bancário, este rácio aumentou, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, de 66,1% para 68,8%. E o calculado com base no “Produto bancário core” teve um aumento semelhante (de 66,4% para 68,2%) o que é consequência da falta de negócio.

Entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, as **imparidades totais** registam uma quebra de 12 milhões €, pois passaram de 60 milhões € para 47 milhões €, mas a redução nas imparidades de crédito foi muito menor (apenas -4 milhões €). **E mesmo assim é preciso estar atento devido ao elevado montante de créditos não produtivos (taxa NPL:14,7%, o que corresponde a 1.849 milhões €).**

Como consequência, os **Resultados operacionais** foram, no 1º seme.2019 praticamente iguais aos do 1º sem.2018, mas o Resultado líquido do 1º sem.2019 (4,8 milhões € e não inclui a coima de 3,5M€) foi muito inferior ao do 1º sem.2018 (18,1 milhões €) em -73,5%, um indicador de que em 2019 não haverá, mais uma vez, transferência de lucros para a Associação Mutualista, o que significa que os associados não obterão qualquer rendimento de cerca de 1.509 milhões € que ainda existem no banco das suas poupanças, a não ser que se utilize uma parte dinheiro de poupanças para os pagar rendimentos.

A nível de **rácios**, interessa referir os **rácios de capital** (CET 1 e Tier 1) que, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, aumentaram apenas 0,5 pontos percentuais fundamentalmente à custa da diminuição do Ativo ponderado pelo risco (RWA) que, entre Dez.2017 e o 1º sem.2019, diminuiu de 11.875 milhões € para 10.429 milhões € através da venda de carteiras de crédito muitas vezes com prejuízo, de *“write-off” (créditos abatidos ao Ativo por se considerarem perdidos)* e do elevado montante aplicado em dívida pública que, de acordo com instruções do supervisor, é considerado um ativo sem risco. O rácio de Capital Total aumentou, entre o 1º sem.2018 e o 1º sem.2019, de 13,6% para 15,2%, *não só pelas razões anteriores, mas também devido à emissão de dívida subordinada a uma taxa de 10,5% no montante de 150 milhões € adquirida pela Associação Mutualista com as poupanças dos associados.*

Um aspeto positivo a realçar é o rácio de liquidez (LCR) que, entre o 1º sem.2018 e o 1º semestre de 2019, aumentou de 160,5% para 196,8%, um valor muito acima do exigido pelo supervisor que é 100%, o que dá estabilidade ao banco e gera confiança, mas é também um indicador de falta de eficiência a nível de gestão (*existe elevada liquidez que não é aproveitada para conceder crédito*).

A CONTINUAÇÃO DA QUEDA DO CRÉDITO CONCEDIDO NO 1º SEMESTRE DE 2019 E A INDEFINIÇÃO EXISTENTE A NÍVEL DE GOVERNO E O RISCO DE DESPEDIMENTOS NO BANCO MONTEPIO

Os dados do quadro 2, oficiais porque são dos Relatórios publicados pela Caixa Económica Montepio Geral, agora Banco Montepio, permitem fazer a análise do Balanço do Banco Montepio de vários anos completando a análise anterior. E uma das conclusões importantes que dele se tira é a continuada e significativa queda do crédito concedido pelo banco, o que prova que o crédito novo continua a ser insuficiente para compensar o crédito amortizado, o liquidado, o abatido e o vendido. A continuar poderá pôr em risco o próprio emprego dos trabalhadores. É preciso que não se esqueça disso

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Quadro 2- BALANÇO CONSOLIDADO DA CEMG/BANCO MONTEPIO - 2015/1º Semestre 2019							
RÚBRICAS	2015 - Tomás Correia Milhões €	2016 Félix Morgado Milhões €	2017 Félix Morgado Milhões €	2015-2017 - Tomás Correia /Félix Morgado Milhões €	2018 - Carlos Tavares Milhões €	1º semestre 2019- Carlos Tavares Milhões €	2017- 1º sem.2019 Carlos Tavares Milhões €
ATIVO LIQUIDO	21 145	21 346	20 200	-945	18 369	18 695	-1 505
Caixa e em Bancos centrais	424	381	1 734	1 309	1 611	1 418	-316
Aplicações em instituições de crédito	238	70	312	74	277	40	-272
Titulos e outros instrumentos	3 069	2 400	2 385	-684	2 155	3 246	861
Aplicações em títulos e outros instrumentos % Ativo líquido	14,5%	11,2%	11,8%	-18,6%	11,7%	17,4%	5,6%
CREDITO BRUTO	15 944	15 041	14 063	-1 881	13 078	12 578	-1 485
Imparidades de crédito acumuladas	1 282	1 180	1 034	-248	959	918	-116
CREDITO LIQUIDO	14 662	13 861	13 029	-1 633	12 119	11 660	-1 369
Ativos não correntes disponíveis para venda (dações)-Líquido	755	760	742	-13	355	261	-481
Propriedades de investimento	692	608	539	-154	253	228	-310
Ativos por impostos diferidos	404	522	466	63	498	431	-35
PASSIVO	19 801	19 889	18 437	-1 364	16 806	17 171	-1 266
Recursos bancos centrais	2 277	2 323	1 558	-719	1 395	1 392	-165
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRESTIMOS (depósitos)	12 969	12 468	12 561	-408	12 566	12 680	119
Responsabilidades representadas por títulos	2 031	1 920	1 544	-487	1 094	961	-583
RECURSOS CLIENTES+ RESPONSABILIDADES TITULOS	15 000	14 388	14 105	-895	13 660	13 641	-464
Passivos subordinados	333	251	236	-97	50	155	-82
Outros passivos	204	247	371	167	173	479	109
RACIO TRANSFORMAÇÃO (Crédito líquido/Depósitos)	113,1%	111,2%	103,7%	-7,4%	96,4%	92,0%	-11,8%
RACIO TRANSFORMAÇÃO-2 (Crédito líquido/Depósitos+Resp. Títulos)	97,7%	96,3%	92,4%	-4,0%	88,7%	85,5%	-6,9%
NPE(Non Performing Exposures)/Crédito bruto	20,7%	18,7%	16,4%	-20,8%	14,4%	14,7%	-1,7%
ATIVOS PODERADOS PELO RISCO	13 962	12 830	11 875	-2 087	10 769	10 429	-1 446
CAPITAIS PRÓPRIOS	1 344	1 456	1 763	419	1 563	1 523	-240
CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUIDOS AO ACIONISTA	1 315	1 433	1 730	415	1 521	1 509	-221
CAPITAL SOCIAL	1 500	1 770	2 420	920	2 420	2 420	0

FONTE: Contas anuais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 1º Semestre de 2019 - Caixa Económica Montepio Geral, Banco Montepio

Um 1º aspeto importante dos dados quadro 2, é a manutenção de **elevadas aplicações no BCE e em outras instituições de crédito**, o que revela que o Banco Montepio tem capacidade para conceder mais crédito do que atualmente concede (*se o não faz, é porque não consegue ter a dinâmica necessária*). Essa conclusão é reforçada pelas **enormes aplicações em títulos** – 3.246 milhões € no 1º sem.2019 - que corresponde a 17,4% do Ativo líquido total, mais 5,6 pontos percentuais que em dezembro-2018. É uma área que não faz parte do seu “*core business*”, e que incorpora o risco da taxa de juro, visando a obtenção de mais-valias (57 milhões € foram diretamente registadas na Conta de Capital compensando os 68,8 milhões € resultantes dos alteração dos pressupostos do Fundo de Fundo de Pensões, em que baixou a taxa de descontos de 2,25% para 1,6%), o que está associado a atividade especulativa de risco o que confirma também a existência de elevados meios financeiros disponíveis não aplicados na concessão de crédito.

Mas o que é preocupante é a **continuação da queda do crédito** concedido também no 1º sem.2019, já que o crédito bruto, em apenas 6 meses, sofreu uma redução de 500 milhões €. Se consideramos o período de tempo da atual administração (um ano e meio), já atinge 1.485 milhões € (80M€/mês). E redução do crédito verifica-se em todos os segmentos como revela o quadro da pág. 56 do Relatório do 1º sem.2019 (*entre Dez.2018 e Jun.2019, a redução foi de 207 milhões € a nível de particulares, sendo -172 milhões no crédito a habitação, e a diminuição atingiu 282 milhões € no crédito a empresas*) A este ritmo de queda de crédito não há instituição financeira, com a dimensão do Banco Montepio, que resista durante muito tempo **o que põe também em risco o emprego de muitos trabalhadores. E a situação torna-se mais incompreensível para associados e trabalhadores quando se assiste a novas contratações de trabalhadores no lugar de aproveitar os trabalhadores já existentes no Banco.**

O BANCO DE EMPRESAS MONTEPIO (BEM), apresentado como a solução para esta situação grave de falta de crédito, ainda não provou que assim o seja, pois segundo dados constantes do quadro que se encontra na pág. 39 do mesmo relatório a evolução do crédito real líquido total do BEM não tem atingido os objetivos esperados, sendo a seguinte: Junho de 2018: 32,8 milhões €; Dez.2018: 27,4 milhões €; Junho de 2019: 24,7 milhões €, portanto reduzidos e em queda.

Um aspeto positivo são os depósitos de clientes que têm aumentado. Entre dez.2018 e junho de 2019 até aumentaram de 12.566 milhões € para 12.688 milhões € (+114 milhões €). No entanto, se somarmos os depósitos de clientes às “Responsabilidades representadas por títulos”, que também são recursos de clientes com os quais o banco financia o seu ativo, então conclui-se que se verificou, entre dez. 2018 e jun.2019, uma diminuição pois passou de 13.660 milhões € para 13.641 milhões €, pouco significativa.

Se quiser receber estes estudos diretamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

O “**rácio de transformação**”, que é outro indicador da eficiência da dinâmica comercial, e que se obtém dividindo o crédito líquido pelos recursos de clientes, que pode servir para avaliar a eficiência de uma administração (quanto mais baixo pior), tem diminuído com a atual administração como revela o quadro 2. Entre Dez.2018 e Jun.2019, baixou de 96,4% para 92%. Isto significa que por cada 100€ de depósitos que o Banco Montepio obteve dos clientes, em dezembro de 2018, concedia crédito apenas no montante de 96,4€ e, em Junho de 2019, já tinha descido a concessão de crédito para apenas 92€ por cada 100€ de depósitos. E se este rácio for calculado com base nos recursos totais obtidos dos clientes (*depósitos+ títulos*), a situação ainda se revela mais grave: em dez.2018 por cada 100€ de recursos totais obtidos o crédito concedido foi 88,7€ e, em jun.2019, apenas 85,5€. Uma parcela importante de recursos obtidos não são rentabilizados pelo Banco Montepio através da concessão de crédito o que revela elevada apatia e ineficiência. **É mais uma razão para os trabalhadores estarem apreensivos e os seus postos de trabalho em risco**

Um aspeto positivo a salientar é a redução dos Ativos ponderados pelo risco (RWA) que são o denominador da fração utilizada para calcular os rácios de capital. Devido às dificuldades existentes na recapitalização do Banco Montepio face às crescentes exigências do supervisor, a administração do banco desenvolveu esforços para reduzir o valor dos RWA. Entre 2017 e 2018, os Ativos ponderados pelo risco (RWA) diminuíram em 1.106 milhões €, pois passaram de 11.875 milhões € para 10.769 milhões €, e no 1º sem.2019 diminuíram mais 340 milhões € pois passaram para 10.429 milhões €- Esta evolução é positiva pois reduz as necessidades de capital. No entanto, isto tem também um lado negativo, já que é também uma consequência da redução significativa da carteira de crédito e do aumento enorme de aplicações em títulos da dívida pública que incorpora no banco o risco de mercado e de taxa de juro, e que é associado normalmente a atividade especulativa (*obtenção de mais valias para compensar a redução da Margem financeira causada pela incapacidade de aumentar o crédito concedido*).

No período 2011/2018, como consequência da perdas a nível do crédito concedido na maioria pela administração de Tomás Correia, praticamente sem análise de risco, e dos enormes prejuízos causados, a Associação Mutualista foi obrigada a recapitalizar o agora Banco Montepio, com 1.620 milhões € de poupanças dos associados (Tomás Correia ainda teve a desfaçatez de se gabar na assembleia geral da AMMG de 28/3/2019 que não teve de recorrer ao Estado como aconteceu com outros bancos, mas só isso sucedeu porque utilizou as poupanças dos 607.000 associados para cobrir as enormes perdas causadas pela sua administração), a que se junta, em 2019, mais 76 milhões €, que praticamente não tem rendido nada nos últimos anos à AMMG, portanto aos associados, devido aos baixíssimos resultados obtidos pelo Banco Montepio como se verificou também em 2018 e agora em 2019. E mais recentemente teve conceder um empréstimo subordinado face ao fracasso da emissão pública, para que o banco pudesse cumprir o Rácio de Capital total exigido pelo supervisor.

Um aspeto preocupante revelado pelos dados do quadro 2, é a redução do Capitais Próprios que, embora reduzida no 1º sem.2019 (-12,7 milhões €), revela a continuação de uma tendência que se tem verificado nos últimos anos, que mostra a incapacidade do Banco Montepio de aumentar os seus Capitais pela via orgânica interna (lucros), o que tem obrigado a Associação Mutualista a sucessivas recapitalizações com as poupanças dos associados. É uma situação insustentável, e que não pode continuar, e que resulta também da situação criada e agravada pela indefinição e instabilidade que existe a nível de governo do Banco Montepio cuja responsabilidade é de Tomás Correia e do Banco de Portugal, de que é prova recente a demissão do presidente da Comissão de Auditoria um dos membros mais competentes da atual administração do banco que se recusou a ser conivente com a atual situação

O GOLPE DE TOMÁS CORREIA PARA SE MANTER NA AMMG ATÉ 2021 QUE SÓ É POSSIVEL COM A CONVIVENCIA E A PASSIVIDADE DOS SUPERVISORES QUE NÃO TOMAM DECISÕES TORNANDO MAIS DIFICIL A RECUPERAÇÃO DO MONTEPIO. A NECESSIDADE DE UMA UNIDADE ALARGADA PARA SALVAR O MONTEPIO

Segundo o nº1 do artº 5º do novo Código das Associações Mutualistas (DL 59/2018) de 2 de agosto de 2018 “*As associações mutualistas existentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei dispõem do prazo de um ano, a contar dessa data, para procederem às alterações dos estatutos necessárias à sua conformidade com as normas do Código*”. E de acordo com mesmo decreto ele entra em vigor 30 dias após a sua publicação. Portanto, em setembro de 2019 deve entrar em vigor o novo Estatutos da Associação Mutualista. E o que fez Tomás Correia para continuar a controlar o Montepio? Escolheu uma Comissão (a sua) para a elaboração dos novos Estatutos a apresentar na **Assembleia de associados** convocada, através do seu amigo padre Melícias, **para 4 de Novembro no Coliseu**, que elaborou um projeto de Estatutos, acredite-se ou não, que no seu nº2 do artº 56 diz o seguinte: “**Os mandatos dos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, eleitos em 7 de Dezembro de 2018, mantêm-se em vigor até ao seu termo em 31 de Dezembro de 2021, não sendo alterada a composição destes Órgãos até à mesma data**”. A desfaçatez e a impunidade com que se sente O “Dono de todo o Montepio” é enorme ao impor nos novos estatutos a perpetuação à frente do Montepio dele e dos seus amigos. Ele tem medo de novas eleições. É urgente uma unidade ampla de todos aqueles que estão interessados em salvar as poupanças dos associados, o emprego dos trabalhadores e o Montepio para correr com Tomás Correia que tanta destruição causou ao Montepio.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt – 10-10-2019